

A GEOMETRIA DE PODER DO CONFLITO TERRITORIAL ENTRE FAZENDEIROS E GUARANIS-KAIOWÁS NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI

Geometry of power of conflict between farmers and territorial Guarani-Kaiowas on the border of Brazil with Paraguay

Geometría del poder de los conflictos entre agricultores y territorial Guaraní-Kaiowas en la frontera de Brasil con Paraguay

Marcos Leandro Mondardoⁱ

Universidade Federal da Grande Dourados - Brasil

RESUMO

Tomando por base o conflito territorial entre fazendeiros e Guaranis-Kaiowás na fronteira do Brasil com o Paraguai, analisamos a geometria de poder que envolve o processo de demarcação das terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul. Partindo da dinâmica de desterritorialização vinculada à expansão da “modernização da agricultura” pelas monoculturas de soja, pecuária e mais recentemente da cana-de-açúcar, analisamos a luta de reterritorialização dos povos indígenas pelo movimento de retomada de territórios tradicionais, os *tekohas*, em “acampamentos contingentes” articulados em redes de múltiplas frentes de luta e escalas espaciais. A complexa geometria de poder dessa multiplicidade de sujeitos é produzida pela articulação dos povos Guaraní-Kaiowá em redes, em escalas de ação, partindo da local até a internacional. Esse movimento promove, por parte dos fazendeiros, uma reação de oposição, construída por meio de alianças e coalizações de classe, o que mobiliza contra-ataques para conter as territorialidades alternativas e de resistência.

Palavras-chave: fronteira, geometria de poder, demarcação de terras indígenas, territorialidade Guaraní-Kaiowá, Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

Based on the territorial conflict between farmers and Guarani-Kaiowas on the border of Brazil and Paraguay, we analyze the geometry of power that involves the process of demarcation of indigenous land in Mato Grosso do Sul. Leaving the dynamics of deterritorialization linked to expansion “modernization of agriculture”, monoculture soybean, livestock and more recently with cane sugar, we analyze the struggle of the indigenous peoples of repossession by the movement of resumption of traditional territories, *tekohas* in “contingent camps” articulated in networks multiple fronts of struggle and spatial scales. The complex geometry of power this multiplicity of subjects is produced by the articulation of the Guarani-Kaiowa people in networks, scales of action, starting from the local to the international. This movement promotes, by farmers, a reaction of opposition, built through alliances and coalitions class, which mobilizes counterattacks to contain alternatives and resistance territoriality.

Keywords: border, power geometry, demarcation of indigenous lands, territoriality Guarani-Kaiowá, Mato Grosso do Sul.

RESUMEN

Con base en el conflicto territorial entre los agricultores y los Guaraní-Kaiowas en la frontera de Brasil y Paraguay, se analiza la geometría del poder que implica el proceso de demarcación de las tierras indígenas en Mato Grosso do Sul. Dejando la dinámica de desterritorialización vinculados a la expansión “modernización de la agricultura”, monocultivo de soja, la ganadería y, más recientemente, con azúcar de caña, se analiza la lucha de los pueblos indígenas de la toma de posesión por el movimiento de la reanudación de los territorios tradicionales, *tekohas* en “campos de contingentes” articulados en redes múltiples frentes de lucha y de escalas espaciales. La compleja geometría del poder esta multiplicidad de sujetos se produce por la articulación del pueblo Guaraní-Kaiowá en redes, escalas de acción, a partir de lo local a lo internacional. Este movimiento promueve, por los agricultores, una reacción de la oposición, construido a través de alianzas y coaliciones de clase, lo que moviliza a los contraataques para contener alternativas y territorialidad resistencia.

Palabras clave: frontera, geometría poder, de demarcación de las tierras indígenas, la territorialidad Guaraní-Kaiowá, Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

A LUTA PELO TERRITÓRIO TRADICIONAL EM ÁREA DE FRONTEIRA

O conflito territorial entre Guaranis-Kaiowás e fazendeiros na fronteira do Brasil com o

Paraguai se manifesta em uma arena política com forças distintas. As relações de poder para ambos os sujeitos, tanto temporal quanto em relação às escalas espaciais, são assimétricas. Há desigualdade de recursos político-jurídicos, de

meios de comunicação/informação, das estratégias e mecanismos de pressão/resistência, de visibilidade/legitimidade dos discursos, além das formas de organização social coletiva (seja ela de classe ou étnica).

Essa multiplicidade desigual de condições e escalas de interação configura uma complexa “geometria de poder” (MASSEY, 2000 e 2008), que posiciona de forma diferencial a luta territorial na formação das identidades políticas e da política na luta pelo território tradicional dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Por isso, é necessário nos conflitos que envolvem a demarcação das terras indígenas, fazermos uma diferenciação social para entendermos a dinâmica, a intensidade e o alcance das ações dos mais variados sujeitos envolvidos no processo. A escala temporal e espacial varia dependendo do sujeito que está

acionando/interagindo e, por extensão, tencionando.

Propomos, nesse sentido, pensar aqui as “geometrias de poder” dos sujeitos – indígenas e fazendeiros – envolvidos no conflito que abrange a demarcação dos territórios tradicionalmente apropriados, para compreender a diferenciação social nas múltiplas escalas de ação das organizações/entidades, movimentos sociais e ONGs que agem e/ou constroem alianças de um ou de outro lado da questão.

A área objeto de estudo para demarcação das terras indígenas abrange 26 municípios localizados no cone sul do estado, situados na zona de fronteira do Brasil com o Paraguai, como podemos observar na figura 1 a seguir.

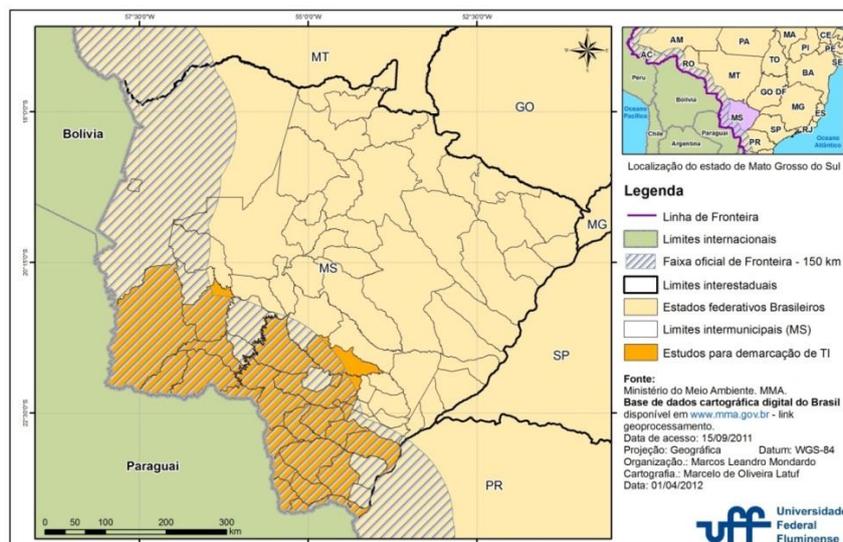


FIGURA 1: Estado do Mato Grosso do Sul: área objeto de estudo para demarcação de terras indígenas.

A GEOMETRIA DE PODER E AS MÚLTIPLAS AÇÕES “TRANSESCALARES”

É imprescindível analisarmos a organização/mobilização coletiva desses sujeitos – Guaranis-Kaiowás e fazendeiros – em

suas múltiplas escalas espaciais. Assim, poderemos destrinchar as “ações transescalares” traçadas no “jogo de escalas” pelas estratégias políticas entre os diferentes segmentos envolvidos/interessados no conflito.

Pode-se, com isso, identificar aqueles sujeitos que entram na questão da demarcação das terras indígenas, como organizações/entidades, movimentos sociais e ONGs para agir em determinado espaço específico devido aos interesses em jogo que atravessam (atrapalham ou impedem, por um lado, ajudam ou mobilizam, por outro), determinadas ações de hegemonia ou de resistência. Essa análise possibilita compreender a produção de “multi/transterritorialidades” (MONDARDO, 2012) na construção das estratégias políticas de ação de resistência e de hegemonia.¹

Para situar o conflito no contexto do jogo de forças, é necessário demonstrar a diferenciação social existente nas estratégias e ações políticas de resistência traçadas pelos Guaranis-Kaiowá, de um lado, e de hegemonia dos fazendeiros, de outro. A ideia de “geometria de poder” foi elaborada por Massey (2000) para analisar, dentre outros elementos, como o conceito de “compressão espaço-temporal” de Harvey (1994) “precisa de diferenciação social”. Para a autora, a geometria de poder ajuda a problematizar como os diferentes sujeitos e grupos sociais se inserem de maneiras muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões associados ao fenômeno da compressão espaço-temporal.

A mobilidade - e por extensão, a territorialidade - é uma construção diferenciada

e desigual dependendo não somente dos meios de transporte, comunicação e informação, mas também, é indispensável situar de que classe, etnia, raça, nacionalidade, gênero, parte-se para a construção desses fluxos. Uma questão fundamental diz respeito ao poder que os mais variados sujeitos têm em relação aos fluxos e ao movimento, sempre associados à “compressão espaço-temporal”. A diferenciação e desigualdade devem ser pensadas em termos de mobilidade, vendo como esses sujeitos ou grupos sociais se relacionam com outros sujeitos e objetos, o que possibilita demonstrar as relações de poder profundamente desiguais que são construídas nesses fluxos:

Em certo nível, essas pessoas são grandes colaboradoras para o que denominamos de “compressão de tempo-espaço”; em outro, são prisioneiras dela. (...) isso é uma diferenciação social altamente complexa. Há diferenças no grau de movimento e comunicação, mas também no grau de controle de iniciação. Os modos como as pessoas são colocadas dentro da “compressão de tempo-espaço” são altamente complicados e extremamente variados. Mas isso, por sua vez, levanta imediatamente as questões políticas. Se a compressão de tempo-espaço pode ser imaginada daquela forma mais organizada, avaliadora e diferenciada socialmente, então, talvez exista a possibilidade de desenvolver uma política da mobilidade e do acesso, pois parece que tanto a mobilidade quanto o controle sobre ela refletem e reforçam o poder. Não se trata simplesmente de uma questão de distribuição desigual, de que algumas pessoas movimentem-se mais do que outras e que alguns tenham mais controle do que outros. Trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A

compressão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros (MASSEY, 2000, p. 180).

Em outro texto (2008), a autora ressalta a necessidade de se pensar as *relações* entre os diferentes sujeitos sociais, pensando o espaço como uma “multiplicidade de trajetórias”. Assim, verificamos a questão de uma “política da conectividade”, em que a conexão diz respeito “à natureza do envolvimento”, pois o “significado político de ‘local’ não pode ser determinado fora de uma referência contextual específica” (p. 255). As alianças, nesse sentido, entre determinados interesses comuns mudam as escalas de luta – e, conseqüente de análise –, na construção de identidade políticas e na política de resistência.

Para Massey (2008), “cada luta local já é uma conquista relacional, baseada tanto dentro quanto para além do ‘local’, e é internamente múltipla” (p. 256). É preciso ver a multiplicidade de relações que interagem constantemente em uma determinada arena política. Esta, no entanto, não é só composta por relações locais, mas também, regionais, nacionais, internacionais e algumas, ainda, são conectadas por outras segmentaridades que podem fortalecer ou enfraquecer determinados sujeitos ou grupos sociais em suas lutas. Pensar o conflito de territorialidades exige, portanto, compreender as “geometrias de poder” das relações espaciais, pois:

A colocação diferencial das lutas locais dentro da complexa geometria de poder das relações espaciais é um elemento-chave na formação de suas identidades políticas e de sua política. A atividade política, por sua vez, dá nova forma tanto às identidades quanto às relações espaciais. Espaço,

enquanto relacional e enquanto esfera da multiplicidade, é tanto uma parte essencial do caráter do compromisso político quanto da perpetuação reconfigurada por ele. E o modo pelo qual essa espacialidade é imaginada pelos participantes também é crucial. O fechamento da identidade em um espaço territorializado de lugares delimitados fornece pouco no rumo das possibilidades para o desenvolvimento de uma política radical (MASSEY, 2008, p. 258, [grifos nossos]).

A geometria de poder das relações espaciais se torna fundamental para analisarmos a elaboração das identidades políticas de indígenas e fazendeiros, no processo de demarcação, e a política dos sujeitos em disputa que elabora uma nova forma às identidades dependendo das escalas de ação e de relações, da construção de alianças.

É fundamental, assim, situar o conflito em torno das demarcações das terras tradicionalmente apropriadas por uma constelação de conexões. As ligações partem da escala local, passando pela regional, nacional e até a internacional (não necessariamente encaixadas), para a produção de múltiplas ações “transescalares” que brotam da mescla de posições e das alianças firmadas que convergem em torno de certos fluxos de relações.

Nesse jogo de forças, identificamos vários sujeitos (organizações/entidades, movimentos sociais, ONGs) que se posicionam favoráveis ou contrários à demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul desde que as portarias foram publicadas em 2007.² Alguns têm suas ações diretamente envolvidas com as forças de resistência ou de hegemonia. Outros fazem alianças e agem no sentido de defender certos interesses comuns, que passam, evidentemente,

pela questão central que é a posse da terra, seja enquanto propriedade privada ou como um bem coletivo.

A escala de ação dos sujeitos em conflito é muito importante para revelarmos o modo como esses constroem e traçam suas estratégias, criam conectividade com espaços mais amplos de luta, articulando fluxos de luta contra ou a favor da demarcação das terras indígenas. A dinâmica do conflito que envolve diretamente esses sujeitos sociais na escala local nos “obriga”, assim, a entender a interação com outras escalas para pensar, no plano teórico e político, a construção de um território-rede, pelas discontinuidades espaciais que estão relacionadas à maneira como as relações de poder, sejam elas hegemônicas ou subalternas, pois articulam as escalas de ação:

A construção de atores políticos passa hoje por estratégias escalares distintas. (...) Essa possibilidade de quebra de escalas, vale tanto na esfera da economia, quanto na da política, da cultura e da constituição de sujeitos políticos. (...) o poder não reside nem no global, nem no nacional, nem no local; o poder é a capacidade de articular escalas (VAINER, 2003, p. 7).

Essa noção política de escala é construída pelos agenciamentos no conflito, da luta e das contraposições situadas em graus diversos de intensidade das relações sociais, desde sua dimensão política, econômica e cultural. A escala política é revelada pela articulação de várias escalas, capacidade de “quebra de escalas” na qual alguns sujeitos exercem o poder para construir redes no sentido de “empoderar” suas lutas e enfraquecer o Outro. As estratégias partem do local, mas são, em suma,

“transescalares” pela potencialidade dos sujeitos políticos de articularem ações em múltiplas escalas – regional, nacional e até internacional – numa tessitura de interações, pois são acionadas dependendo da situação e da dinâmica das relações.

Daí a importância, afirma Vainer em outro texto (2002), de se analisar o que o poder local pode efetivamente construir em termos de “estratégias políticas transescalares”. Para o autor, o local, “e a cidade em primeiro lugar”, constitui a “escala e arena possíveis de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas” (p. 28). Assim, a desarticulação das redes de dominação nasce dessa capacidade dos sujeitos políticos de articularem em escala local estratégias de ações políticas transescalares.

Desse ponto de vista, a política local, qualquer projeto e/ou estratégia política de resistência, transformação social e territorial, envolve, engaja e exige táticas e mecanismos em cada uma das escalas de ação onde a dinâmica dos processos econômicos, políticos e culturais se articula:

O pressuposto é que *a política local deve ser concebida como parte de uma estratégia transescalar e, portanto, está desafiada a definir objetivos ambiciosos, pois rejeitam os pressupostos de que não há opções a fazer, e realistas, pois reconhecem que a escala local não encerra em si senão parte dos desafios a serem enfrentados pela resistência ao projeto neoliberal de reconfiguração escalar* (VAINER, 2002, p. 29, [grifos nossos]).

Swyngedouw (2010) compreende esses processos de reconfiguração escalar por meio do

fenômeno da “glocalização” que engloba transformações como a deslocalização das empresas, hibridização cultural e a pluralidade dos discursos. A definição da escala, segundo o autor, envolve a dialética da relação entre territorialidades e redes.

O autor, diferentemente de nossa posição adotada neste trabalho, separa a territorialidade da rede numa visão um tanto quanto dicotômica. Contudo, ele considera que a proliferação no mundo contemporâneo de novos modos e formas de resistência ocorrem pelo processo de desterritorialização/reterritorialização que implica uma maior atenção ao desenvolvimento de uma *política de escala*. A mobilização de narrativas, políticas e práticas de escalas se converte em uma parte fundamental das lutas e estratégias, hoje, do poder político.

Para isso, é necessário compreender que as escalas espaciais são móveis, heterogêneas e disputadas no interior de uma geometria de poder:

A luta para dirigir uma escala particular em uma conjuntura sócio-espacial determinada pode ter muita importância. As escalas espaciais nunca são fixas, mas se definem, disputam e reestruturam constantemente desde o ponto de vista de sua extensão, contendo, importância relativa e inter-relações. A redistribuição e a reorganização constantes das escalas espaciais são essenciais e constituem a área onde se travam as batalhas pelo controle e o empoderamento. (...) estas redefinições das escalas alteram a geometria de poder social fortalecendo o poder e o controle de alguns e debilitando outros. (...) o modo em que as estratégias políticas escalares estão ativamente mobilizadas como partes de estratégias de empoderamento e

debilitação (SWYNGEDOUW, 2010, p. 57).

A escala é a mediadora da ação política que se espacializa, sendo, fundamental, nessa geometria de poder como as estratégias políticas podem proporcionar o empoderamento ou a debilitação. Assim a política de resistência, de identidade, da diferença e da luta pelo território precisa construir, defende o autor, baseado em Neil Smith, um “salto de escalas”, ou o modo como a *política se espacializa*.

O “salto de escalas” é a capacidade de resistências locais transcenderem suas lutas para outras escalas, o que afetará diretamente suas ações. Mas, para isso é necessário partir sempre do local e ver como se configura a “apropriação do lugar” por meio de disputas e alianças entre grupos, classes, etnias, instituições, entidades, movimentos sociais, ONGs, dentre outros que traçam e/ou articulam suas estratégias de lutas sociais:

O que é mais importante, é que o poder de apropriar-se do lugar é sempre disputa e conflito, as alianças, os grupos sociais e as classes que avançam por uma determinada escala espacial darão forma às condições de apropriação e controle do lugar e terão uma influência decisiva em posições de poder socioespaciais relativas. Tudo isto sugere que a redistribuição e reorganização constante das escalas espaciais formam parte das estratégias e lutas sociais pelo controle e o empoderamento (SWYNGEDOUW, 2010, p. 58).

É fundamental, hoje, uma política de escala que compreenda os processos de emancipação e “empoderamento” nas estratégias políticas de ação transescalares, como a de sujeitos políticos, a exemplo dos povos Guaraní-Kaiowá que lutam pelo território tradicional e direitos

humanos no Mato Grosso do Sul, notadamente na fronteira do Brasil com o Paraguai. Por outro lado, isso reforça o movimento de contenção territorial dos fazendeiros enquanto sujeitos hegemônicos. Estes se reorganizaram politicamente no sentido de tentar controlar e debilitar esse fluxo a favor da demarcação das terras indígenas como veremos a seguir.

A GEOMETRIA DE PODER DO CONFLITO TERRITORIAL ENTRE FAZENDEIROS E GUARANIS-KAIOWÁS NO MATO GROSSO DO SUL

Identificamos no Mato Grosso do Sul pelo menos dois grupos de sujeitos, organizações/entidades, envolvidos diretamente na questão da demarcação das terras indígenas que traçam sua política e projetam suas ações partindo da escala local. Nessa escala de luta, esses sujeitos se dividem em duas posições (dois grupos): 1) uma parcela dos Guaranis-Kaiowá e suas alianças construídas com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Ministério Público Federal e intelectuais engajados; 2) os fazendeiros e suas coalizões e alianças múltiplas com os governos e sindicatos patronais rurais municipais, com o Centro de Tradições Gaúchas, Associações do Comércio e da Indústria, além de vereadores, prefeitos, governador, deputados e senadores.

Assumem, também, posições divergentes e, de certo modo, “ambíguas”, Igrejas – Católica e algumas evangélicas – e jornais locais como Diário MS, O Progresso e Dourados News, pois, muitas vezes, parecem se posicionar de uma forma “neutra” e que não demonstre publicamente as articulações contra às

demarcações. No entanto, observamos que esses sujeitos estão “amarrados” a um conjunto de interesses políticos e vantagens econômicas na esfera da ordem social hegemônica do agronegócio que os leva a desejar o controle e a contenção territorial das territorialidades consideradas “subversivas” dos Guaranis-Kaiowá.

No entanto, essas ações na escala local se entrecruzam e se sobrepõem em escalas mais amplas de luta, o que demonstra uma realidade complexa e múltipla de articulações políticas nas estratégias desiguais de ação – ou, na geometria de poder – empreendidas pelos povos indígenas e fazendeiros.

Na escala local, uma parcela de Guaranis-Kaiowás traça suas estratégias políticas de ação coletiva. Por um lado, procuram fugir das condições precárias, da violência e insegurança em que vivem na Reversa Indígena de Dourados. Por outro, realizam um movimento de pressão frente à “morosidade” do Estado e de resistência à classe econômico-política sul-matogrossense (os fazendeiros) para tentar destravar as demarcações das terras tradicionalmente apropriadas.

Por meio de “territorializações de exceção” (HAESBAERT, 2006) como em “acampamentos contingentes” (MONDARDO, 2012) – que, hoje, segundo a FUNAI, seriam um pouco mais de 30 – os Guaranis-Kaiowás lutam às margens de rodovias, normalmente, em frente aos territórios tradicionais de apropriação. Além disso, a “ocupação” de fundos de fazendas, principalmente de áreas reivindicadas (as chamadas retomadas de território), o “bloqueio”

temporário de rodovias, e a “ocupação” temporária de órgãos públicos em Dourados como, por exemplo, a FUNAI e a FUNASA, fazem parte das redes de articulação e mobilização política de luta e resistência.

A maioria dessas ações conta com alianças construídas com o CIMI, além das mediações feitas pela FUNAI e o Ministério Público Federal de Dourados. Estas são arregimentadas no sentido de garantirem a sobrevivência do grupo por meio da alimentação (cestas básicas) e roupas, até o apoio político de articulação entre lideranças de *tekohas* distantes.³ Além disso, as inúmeras “campanhas guaranis” em prol da luta pela terra Guarani-Kaiowá também se configuram como uma forma de pressionar o governo federal a favor das demarcações. A intenção é a mobilização e persuasão de parcelas da população em escalas mais amplas e/ou para pedir doações financeiras.

Um elemento fundamental dessas articulações é a circulação das informações. Representantes públicos da FUNAI, do Ministério Público Federal de Dourados, além de membros do CIMI e professores que apoiam a causa, servem, em muitos casos, para “levar” informações até esses grupos, ou fazer com que essas circulem entre os diferentes sujeitos. No caso do Conselho Indigenista Missionário esse tipo de relação ajuda na articulação das próprias lideranças políticas-religiosas dos “acampamentos contingentes” o que, via de regra, acaba criando uma diferenciação social interna na medida em que esse tipo de ação gera uma de relação de “exclusividade”. Observamos que essa relação “empodera” internamente no movimento de resistência alguns sujeitos

(lideranças), com maior vínculo com essa entidade (como agentes de saúde e professores, por exemplo), em detrimento de outros, que passam a ficar mais “isolados” das decisões políticas tomadas.

Nos acampamentos de retomada de territórios, as territorialidades alternativas construídas pelos Guarani-Kaiowá, embora com uma base material pouco estável e segura, podem proporcionar para alguns grupos *um ponto* desse território-rede ao formar novas alianças políticas. Estas são construídas com outras lideranças indígenas em luta, ou, até mesmo, com outros segmentos de acampados. Um exemplo é a articulação, em certas situações, com o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul (FETAGRI), de acampamentos de comunidades quilombolas, além de construir novos “territórios” – mesmo que embrionários – de exclusividade familiar e com mais afinidade coletiva entre os membros de um *tekoha*.

O acampamento Laranjeira Ñanderu, por exemplo, é *um ponto* desse território-rede. Construído às margens da BR-163, localizado a cerca de 10 km da cidade de Rio Brillhante, foi montado em 2008, quando 140 Guaranis-Kaiowás deixaram sua aldeia em Panambi, no município de Douradinha, e passaram a “ocupar” parte da fazenda Santo Antônio de Nova Esperança.

É importante esclarecer que nos movimentos de retomada de territórios uma parcela de Guaranis-Kaiowás se mobiliza na organização de acampamentos nas margens das BR’s. Num primeiro momento, os indígenas “ocupam” a

margem da rodovia para, depois, num segundo momento, “ocupar” a área que concebem como de apropriação tradicional com a montagem de um novo acampamento.

O coordenador do CIMI de Dourados em 2010, afirmou que “Quem não suporta ficar na beira de rodovia ou confinado na reserva superpovoada tenta reocupar seu *tekoha*” (HECK E MENEZES, 2011, p. 33). É o caso dos indígenas do acampamento Laranjeira *Nhanderu* que, acampados à margem da BR-163, decidiram, depois de ameaças e intimidações, morte de crianças por desnutrição, atropelamentos e suicídios, “ocupar” a terra tradicional.

Depois de 19 meses de “ocupação” e de uma batalha judicial entre os fazendeiros (proprietários) e a FUNAI, os indígenas tiveram que sair da área em conflito “escortados” por policiais federais. Os Guaranis-Kaiowá foram forçados a retornar a acampar as margens da rodovia. A liderança indígena do acampamento relatou logo após ser expulsa da área reivindicada a condição precária, instável e

insegura de “morar em barraco na beira da estrada”, e ressaltou que a resistência continua, pois permanecerão acampados enquanto as demarcações não saírem do papel:

É um risco muito grande morar em barraco na beira da estrada, mas não vamos sair daqui, não vamos voltar para Douradina. Vamos ficar aqui e esperar os estudos antropológicos porque temos certeza que essas terras serão consideradas área indígena (Liderança indígena, Rio Brillhante, Diário MS, 14/09/2009, p. 7).

Em dezembro de 2010, quando conhecemos o acampamento Laranjeira *Nhanderu*, os Guaranis-Kaiowá aguardavam pelo resultado dos estudos antropológicos para identificação de seu *tekoha*. Em barracas de lona viviam com dificuldades da falta de alimentos, de roupas e de água, além da insegurança e da hostilidade à que estavam submetidos. À margem da rodovia o clima de insegurança era uma constante nas conversas. Alguns indígenas diziam ter medo de serem “atropelados” ou de sofrerem algum ataque por parte dos fazendeiros e de seus “seguranças”.



FIGURA 2: Acampamento Laranjeira *Nhanderu* às margens da BR-163 – Rio Brillhante, 2010.

Fonte: Marcos Leandro Mondardo, 15/12/2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputa territorial virou uma verdadeira “guerra dos mapas”. Enquanto de um lado os povos indígenas produzem a cartografia social de seus *tekohas*, do outro, fazendeiros elaboram seus mapas para contrapor esse fluxo de

informações em uma tentativa de ratificar o atual ordenamento territorial das fazendas. A seguir na figura 3, verificamos um mapa feito pelos próprios indígenas do acampamento de retomada Laranjeira Ñanderu, em Rio Brillante, território tradicional reivindicado.



FIGURA 3: Mapa do território tradicional reivindicado Laranjeira Ñanderu – Rio Brillante.

Fonte: Marcos Leandro Mondardo, 11/12/2010

Como se tivessem acampado tropas de luta em “plena” guerra, os Guaranis-Kaiowás se “territorializam” em “acampamentos contingentes” em “espaços de exceção” como forma de se articularem nas batalhas cotidianas chamadas de retomadas de território. Essa estratégia de luta serve como um instrumento/mecanismo de pressão contra a morosidade das demarcações, bem como uma maneira de fugirem, ainda que nunca condição de possibilidade futura, das condições de precariedade, violência e pobreza impostas nas reservas.

A tensão em torno das demarcações dos territórios tradicionais colocou em evidência o discurso e a prática de “in-segurança” no que diz respeito àquelas situações ligadas a própria

vida – ou a relação entre a vida e a morte. Esta situação expressa os riscos de violência, assassinatos, genocídios e suicídios que colocam em jogo e a que estão submetidos à própria sobrevivência dos povos indígenas.

Dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) apontam que foram cometidos 60 homicídios contra indígenas no Brasil em 2012. O maior número ocorreu em Mato Grosso do Sul, que contabilizou 37 casos. Ainda neste estado, se ampliarmos a escala temporal, verificamos que nesse estado nos últimos oito anos ocorreram 250 homicídios, 190 tentativas de assassinatos, 176 suicídios e 49 atropelamentos de indígenas. Estima-se ainda que ao menos um indígena se suicida por semana. Essa situação demonstra, dentre outras

possíveis reflexões, o “Estado de exceção” (AGAMBEN, 2004) que vivem estes povos, pois o próprio Estado tornou-se, neste exemplo, um mantenedor de certa “ordem de ‘in-segurança’”, mesmo que para isso assumindo uma posição, em certo sentido, de difusor do “terrorismo”.⁴

O objetivo do ataque aos direitos territoriais indígenas se deve ao modelo agroextrativista exportador neodesenvolvimentista empregado no Mato Grosso do Sul, que é altamente dependente da exploração e exportação de matérias-primas, em especial de *commodities* agrícolas e minerais, o que viola os direitos territoriais indígenas. Assim, o direito “sagrado” à terra tradicional não foi respeitado pelo processo de “modernização da agricultura”. Com isso, a terra tornou-se uma mercadoria de produção agrícola em escala macro pela lógica do agronegócio.

Uma estratégia de organização/mobilização coletiva dos Guaranis-Kaiowás ocorre, na escala regional, são as reuniões conhecidas como *Aty Guasu* (ou Grande Assembleia). O Guaraní-Kaiowá e antropólogo Tônico Benites (2010) afirma que desde a década de 1980, as mobilizações das lideranças/representantes indígenas ganharam um espaço de diálogo e organização coletiva nas chamadas *Aty Guasu*. O movimento político emergiu, segundo ele, “como reação a esses atos truculentos dos fazendeiros e seus capangas” tendo como objetivo “fazer frente ao processo sistemático de etnocídio, a expulsão e dispersão forçada das famílias extensas indígenas do seu território tradicional” (p. 10).

Nesse tipo de reunião se encontram dezenas de lideranças/representantes de *tekohas* em

áreas de conflito, de acampamentos às margens de rodovias ou em fundos de fazendas, das Reservas Indígenas e outros “sujeitos” como o CIMI, Ministério Público Federal, intelectuais e demais aliados.

A *Aty Guasu* tornou-se, assim, uma base de mediação coletiva dos inúmeros *tekohas* que visam construir e fortalecer *redes* de alianças políticas e culturais (esse último devido à realização de muitos rituais tradicionais). Ela também se configura pelas relações entre as lideranças/representantes de famílias extensas que se articulam no sentido de fazer circular as informações, o que torna a *Aty Guasu* “um lugar de transmissão de saber” (BENITES, 2010, p. 10).

É nesse fórum de discussão política também que os Guaraní-Kaiowá traçam suas estratégias coletivas para por em prática, seja nos movimentos de “ocupação”, nas mobilizações/manifestações públicas, na construção de alianças políticas com outras entidades como o CIMI e o Ministério Público Federal. Os vínculos construídos com outras escalas de ação revelam maneiras de pressionar o governo (e as autoridades) na luta por territórios e por seus direitos humanos, especialmente, para o acesso à terra e o combate à violência, às perseguições e assassinatos de lideranças, além da urgente melhoria nas condições de saúde, educação e moradia, dentre outras reivindicações. É nesse fórum que também realizam seus rituais, conforme sua cosmologia, como maneira de fortalecer o movimento.

Os Guaraní-Kaiowá também articulam suas ações na escala regional em frentes de luta em acampamentos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS (FETAGRI), onde alguns

indígenas se encontram acampados. Estes articulam ações de mobilização conjuntas, por exemplo, com a Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul (CUT/MS), e Pastoral da Terra (CPT/MS), em redes de cooperação construídas com outros movimentos sociais como os sem-terra, quilombolas e camponeses. Essas alianças canalizam conjuntamente, em determinadas ações, como em atos de mobilização pública, em eventos de discussão e organização política, sua força de resistência em torno da questão da luta pelo acesso à terra e pela reivindicação de direitos sociais.

Essa interação entre sujeitos em múltiplas escalas espaciais produz uma multi/transterritorialidade (MONDARDO, 2012). Essa territorialidade transterritorial também está em elaboração/tensão por meio dos fenômenos associados à “geometria de poder da compreensão tempo-espaço”, retomando a discussão de Massey (2000 e 2008). Os novos meios de comunicação/informação interferem também diretamente na vida, na organização social e na construção dos territórios e territorialidades dos Guarani-Kaiowá. O telefone celular, por exemplo, exerce fundamental importância para as visitas familiares, para a organização de festas religiosas, para a luta pela terra, no contato com órgãos do Estado, CIMI, ONGs, Ministério Público Federal, políticos, dentre outras conexões/articulações que ajudam na troca de informações em escalas mais amplas de interação política.

Do mesmo modo que os novos meios de comunicação/informação proporcionaram uma

compressão das relações espaço-temporais na sociedade branca-ocidental, os Guarani-Kaiowá, embora em níveis desiguais de apropriação/incorporação, também se apropriam desta técnica. Alguns indígenas usam aparelhos de celular, TV, computador, internet, câmeras de vídeo, como meios de comunicação ou de transmissão de saber entre as lideranças com a comunidade externa, além das redes de comunicação e articulação com as entidades/organizações e movimentos sociais.

O celular, por exemplo, possibilita a estes sujeitos se conectarem sem deslocamento físico com outros territórios, desenhando multiterritorialidades pelas maiores ligações e vínculos que são construídas, agora, também, à distância com outras comunidades indígenas ou com outros sujeitos. Na contemporaneidade o novo conjunto de técnicas de informação e comunicação hegemônica vinculada à “cibercultura” (LÉVY, 1999) passa a constituir, também, entre os povos indígenas (embora de maneira extremamente desigual se comparadas com meios disponíveis aos fazendeiros), a nova base material da vida e da organização socioterritorial em torno da luta pelo território tradicional.

Hoje se torna até relativamente comum circular pela internet e-mails de indígenas de todo o Brasil denunciando situações de conflito, de violência, de genocídio, ou até mesmo anunciando “suicídio coletivo”, e promovendo campanhas no sentido de persuadir parcelas da população nacional e até internacional para a necessidade de retorno dos povos originários para seus *tekohas*.

Contudo, é importante demonstrar que as alianças políticas não ocorrem de forma homogênea, muito menos se apagam nessa rede as heterogeneidades. O que existe são múltiplos sujeitos que convergem suas lutas em determinados momentos e situações, em torno de um objetivo comum, sendo que o mais relevante é o direito ao território. Existem, assim, posições bastante diferentes em relação a questões centrais que fazem parte da dinâmica do território-rede do movimento de resistência dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, especialmente, no que diz respeito à demarcação das terras indígenas.

A posição da Pastoral da Terra (CPT/MS), por exemplo, difere parcialmente da posição do Conselho Indigenista Missionário. Embora as duas entidades estejam ligadas a segmentos da Igreja Católica, lutem pelo acesso à terra e visem garantir os direitos humanos das minorias. Observamos que, em alguns aspectos, o posicionamento dessas entidades é outro em relação à questão indígena. Enquanto a posição do CIMI – principal entidade de luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil – é amplamente favorável à demarcação das terras tradicionalmente apropriadas pelos povos Guarani-Kaiowá, a posição da CPT Dourados, quando entrevistamos um dos seus representantes, difere, em aspectos relevantes no que diz respeito a pensar a situação das terras dos camponeses/agricultores familiares que possivelmente podem ser “afetadas” pelas demarcações:

(...) nessa questão de Itaporã (...) o grande fazendeiro é uma coisa. Agora, tem gente ali que tá há cinquenta anos ali vivendo em cima de doze hectares.

Criou a vida ali e a gente dele o suor tá ali naquela terra. Como é que eu vou tirar alguém que tá ali há quarenta, cinquenta anos, criou os seus filhos, tem neto, tudo ali, e eu falar: “Não, agora é uma terra indígena, vocês tem que sair daqui com uma mão na frente e a outra atrás”. Nós não estamos falando em questão de justiça? (...) Por mais que for indenizar (...). *Como que você finca as raízes, enterra o umbigo ali na região, e depois você vai sair?* Mas o pessoal fincou ali, tem gente que fala “eu quero ser enterrado aqui” se fosse permitido. Quando um grande fazendeiro (...) aqui em Caarapó, tem fazenda no norte [do país] (...) se ele perder um pedaço da terra dele, não vai fazer diferença. Se ele perder ali quinhentos alqueires de terra não vai fazer diferença nenhuma. Agora (...) eu me coloco muito, não sei por que a gente acaba trabalhando na CPT com os pequenos, eu me coloco na questão dele [do agricultor familiar] ali dentro. Você pega [a] agente da CPT lá em Mundo Novo (...) se o [agricultor familiar assentado] for virar área indígena, o que nós vamos fazer? Ali o pessoal mesmo quando teve a primeira proposta de demarcação lá, o pessoal foi pra BR lá. O que você vai fazer com isso? (Coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Dourados, 31/01/2012, [grifos nossos]).

Essa discussão demonstra toda a problemática territorial que envolve a demarcação das terras indígenas, pois algumas áreas reivindicadas são, hoje, de camponeses/agricultores familiares que trabalham em pequenas extensões há algumas décadas, ou que foram recentemente assentados em programas de reforma agrária.

Essa situação levanta outra questão: a de que as demarcações das terras indígenas devem ser vistas de maneira mais ampla no sentido de que essa reconfiguração territorial pode “afetar”, como aventada pelo representante da

CPT de Dourados, as territorializações de outras minorias, precisando, ser analisada, por isso, no interior de uma complexa diferenciação social, ou de uma geometria de poder.

Esse exemplo demonstra que essas alianças e coalizões políticas entre entidades/organizações não devem ser vistas de forma coesa e homogênea, muito menos que existem as mesmas posições ou que estas assumem o mesmo papel na luta pela demarcação das terras indígenas. Nos “pactos políticos” das forças de resistência existem divergências internas, conflitos, negociações, inúmeros interesses que atravessam as relações e demonstram a multiplicidade das forças de resistência das minorias em seus movimentos de resistência.

Um exemplo das disputas internas de interesses por parte dos indígenas nos foi relatada sobre as divergências dos Guaranis-Kaiowás no que diz respeito à prioridade dos *tekohas* que deveriam ser demarcados, antes mesmo da publicação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela FUNAI:

Porque antes de haver o TAC, aí havia aquela corrida dos diversos *tekohas* pra fazer a formação de grupo de trabalho. Aí o que acontecia? Aí o índio de Passo Pirajú [Terra Indígena em Dourados] esperava um mês, esperava dois, tinha a promessa que ia fazer o *tekoha* dele. Tinha dois os três no cronograma da FUNAI, dois os três *tekohas* que estavam na frente dele. Aí o cara entrava, entrava em conflito. Quando entrava em conflito aquele *tekoha* que era prioridade deixava de ser prioridade e alguém furava a fila. Aí quando você coloca no TAC vai fazer tudo de uma vez só. Os índios tinham muito dessas coisas das brigas. E quando os índios foram retirados das áreas de

ocupação tradicional e foram levados pra reserva, aí todo mundo pensa: “Ah, os índios na reserva é tudo igual, é tudo homogêneo. Fraternidade sim, violência não”. Tem essa coisa, é tudo unido. Quando na verdade quando o índio tá na reserva você colocou índios de tradições diferentes, de famílias diferentes, de vizinhos que eram inimigos e que continuam inimigos até hoje. Brigam por poder, por recursos, pra ser capitão e tal. Então na hora de você insertar uma luta pela terra, os índios que são do mesmo *Tekoha Guasu* tão unidos, mas se dentro da reserva existirem índios que são fora do *Tekoha Guasu* não quer dizer que ele vão estar unidos (Analista Pericial, MPF de Dourados, 10/02/2012, [grifos nossos]).

Esse depoimento revela que no interior do movimento de resistência dos Guaranis-Kaiowá existe, como em qualquer outra forma de organização política contra-hegemônica (e mesmo hegemônica), parcialidades, disputas de interesses “na demarcação do meu *tekoha* antes que o seu”, nas “disputas pelo poder da fala”, na construção de alianças políticas externas e de que forma isso pode beneficiar determinada família extensa, dentre outras transversalidades inerentes à luta e organização política.

Essas segmentaridades, pelo que observamos, dependem, em grande medida, do tipo de relação que é construída, primeiro entre eles próprios. Na Reserva Indígena de Dourados e em “acampamentos contingentes” constatamos as diferenças que existem entre Guaranis-Kaiowás, e mesmo entre Kaiowás existem parcialidades e diferenças, por exemplo, no que diz respeito à posição política de luta pela terra, pois, como já afirmamos, nem todos estão engajados nesse movimento.

Alguns, como conversamos na Reserva Indígena de Dourados, preferem continuar

trabalhando para o fazendeiro, para o usineiro, no comércio, na indústria, muitos não se posicionam, e outros, ainda, reconhecem a posição multifacetada dos indígenas que estão lutando para a demarcação dos *tekohas*.

No entanto, ao mesmo tempo em que os Guaranis-Kaiowás passaram a se organizar politicamente como movimento de reivindicação e de retomadas/reapropriações de territórios tradicionais, do outro lado, os fazendeiros reagiram e começaram a se organizar enquanto classe político-econômica. Estes passaram a traçar estratégias de mobilização desde à escala local, regional, nacional passando até a internacional, na construção de contra-ataques em defesa da terra enquanto esfera da propriedade privada.

Ao mesmo tempo em que os indígenas acionam outras escalas, os fazendeiros passaram a recorrer em outras instâncias políticas e jurídicas como forma de construção de alianças/coalizões e de recorrer a outros poderes institucionalizados para deslegitimar, desmobilizar e conter o movimento de resistência indígena.

As ações dos fazendeiros de controle e contenção territorial na escala local passam, por exemplo, pelas mobilizações em espaços públicos das cidades, em atos como passeatas e panfletagens, nas reuniões com políticos e representantes de setores do comércio, da indústria e de certos segmentos profissionais. Os fazendeiros recorreram também ao que chamam de “seguranças” para as propriedades no sentido de controlar as territorialidades consideradas “transgressoras” dos indígenas e passaram a controlar a entrada e saída de

algumas fazendas, além realizar o bloqueio de estradas vicinais impedindo o fluxo indesejado.

Na esfera jurídica os fazendeiros contratam os “melhores” advogados para conseguir ordens de despejo na Justiça Federal. Na “briga” judicial com a FUNAI, os fazendeiros agem com ações contra as portarias publicadas, outras no sentido barrar/impedir ou até suspender os estudos de identificação dos *tekohas*. Além disso, também arregimentam ações de reintegração de posse para que seja realizado o “despejo” dos Guaranis-Kaiowá em áreas de fazendas em situações de conflito.

Nesses exemplos, entra em cena o “Estado de exceção” que visa controlar certas situações de conflito, acionando, a figura da polícia federal para cumprir às ordens de “desocupação”, para restabelecer, assim, a norma, a ordem social. Essas são medidas de “contenção territorial” no sentido de “evitação” do problema, pois, como constatamos, os indígenas, em sua condição de praticamente “vida nua”, retornam às margens das rodovias em “territorializações de exceção” e continuam o movimento de resistência na luta pelo retorno aos territórios tradicionais.

PARA NÃO CONCLUIR (OUTRAS ESCALAS DE TENSÃO)

No processo de demarcação das terras tradicionalmente apropriadas, os indígenas continuam em sua árdua luta. Elaboram múltiplas estratégias políticas no sentido de tencionar o “travado” processo de reconhecimento e demarcação das terras tradicionais. Assim, atuam em múltiplas escalas para produzir efeitos de pressão em várias

frentes como condição necessária para ações concretas de resistência.

Do outro lado, para combater esse processo de demarcação e conter a capacidade de organização/mobilização coletiva do povo Guarani-Kaiowá, os fazendeiros traçaram inúmeras estratégias de ação política através de alianças. Na escala local interagem com governos das prefeituras e sindicatos patronais rurais, com vereadores, associações do comércio e da indústria, Centro de Tradições Gaúchas, Igreja Católica e Evangélicas, jornais, dentre outros. No entanto, é importante reiterar que nem todos esses “sujeitos” declaram abertamente suas posições contrárias às demarcações.

Assim, podemos sistematizar, ainda que de forma embrionária, as geometrias de poder construídas nas múltiplas escalas de articulação dos Guaranis-Kaiowás e fazendeiros na luta pela terra no Mato Grosso do Sul da seguinte maneira:

- Guaranis-Kaiowás: na condição de praticamente “vida nua” em “territorializações de exceção”, especialmente, nas reservas e “acampamentos contingentes”, resistem em meio à “in-segurança” sofrida por meio de ameaças, violência e assassinatos. Estes traçam suas estratégias de ação política, partindo, da escala local no movimento de articulação com entidades/organizações, até as alianças com escalas mais amplas de ação política (pressão/resistência). Na elaboração em rede desse movimento de resistência, com o deslocamento físico ou virtual, constroem uma multi/transterritorialidade

seja pela conexão e/ou inserção em outros territórios de luta.

- Fazendeiros: utilizam-se de mecanismos “biopolíticos” que se desdobram num continuum de ações políticas-jurídicas, disciplinares e de segurança. Estes se combinam pela conexão com outros territórios para a produção de uma multiterritorialidade hegemônica no Mato Grosso do Sul e, particularmente, na fronteira do Brasil com o Paraguai, em estratégias de contenção territorial. Estas ações partem da escala local por meio de entidades e organizações e se articulam e organizam nas esferas regional, nacional e até internacional com sindicatos e federações, passando pela atuação de políticos e até empresas multinacionais, em grande medida, vinculadas ao “mundo” do agronegócio.

NOTAS

ⁱ Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professor do Curso e do Programa de Pós-graduação de Geografia da Universidade da Grande Dourados - UFGD.

E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

¹ Para uma discussão sobre multi/transterritorialidade, ver Haesbaert e Mondardo (2010).

² No Mato Grosso do Sul o conflito territorial se tornou agudo com o projeto da FUNAI que, em 12 de novembro de 2007, criou seis portarias (números 788, 789, 790, 791, 792, 793), determinando o início do processo que objetiva

a demarcação das terras tradicionais Guarani-Kaiowá. Nesse mesmo ano, a FUNAI assinou um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - com o Ministério Público Federal e criou sete grupos de trabalho com o objetivo de reesquadrinhar 26 municípios do estado, na fronteira do Brasil com o Paraguai, para realizar a identificação, delimitação, demarcação e homologação das terras tradicionais Guarani-Kaiowá.

³ É importante destacar aqui a multidimensionalidade dos territórios expressa na vida dos indígenas nas suas mais diversas dimensões - política, cultural, econômica. Os Guarani-Kaiowá tiveram o *tekoha* como a base de reprodução simbólica e material tradicionais. A noção parece ter surgido como contraponto ao avanço da fronteira agrícola moderna, a partir da década de 1970, e faz referência à dimensão espacial-temporal do quadro de vida desse grupo étnico. A concepção de *tekoha*, segundo Pereira (2009), é formada pela junção das palavras em guarani *Teko* + *Há* que dizem respeito, a primeira, ao modo de vida, e a segunda, à espacialidade que corporifica e da forma a essa vivência. Sendo assim, as frases utilizadas “sem *tekoha* não há teko” ou “sem teko não há *tekoha*” demonstram a relação indissociável entre a base material e simbólica (indispensável para qualquer grupo humano) e a cultura, o modo de vida, a vivência dos Guarani-Kaiowá, da mesma forma que sem o modo de vida, sem a cultura, não pode existir *tekoha*.

⁴ Sobre a situação de “in-segurança” e “descontrole” dos territórios em tempos de Estado de exceção no Mato Grosso do Sul, ver Mondardo (2013).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BENITES, T. Guarani-Kaiowá resiste! In: *Revista Caros Amigos*. Genocídio e resistência dos índios do Brasil. Ano XIV, número 31, out, 2010.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. *As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul: e as resistências do bem viver por uma terra sem males (dados 2003-2010)*. Mato Grosso do Sul: CIMI, 2011.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2012*. Brasília: CIMI, 2013.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos volume IV: estratégia, poder-saber*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. *Naissance de la Biopolitique*. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.

HAESBAERT, R. Muros, “Campos” e Reservas: os processos de reclusão e “exclusão” territorial. In: SILVA, J.; LIMA, L. e DIAS, D. (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira (vol. 1)*. 1 ed. São Paulo: Annablume, p. 24-48, 2006.

HAESBAERT, R. Sociedades biopolíticas de insegurança e des-controle dos território. In: OLIVEIRA, M. et al. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj e ANPEGE. 2008.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HAESBAERT, R. MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *GEOgraphia*, n. 24, 2010.

HECK, E. D. MENEZES, L. S. Acampamentos Indígenas: realidade ou ficção. In: *CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul: e as resistências do bem viver por uma terra sem males (dados 2003-2010)*. Mato Grosso do Sul: CIMI, 2011.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. SP: Papyrus, 2000, pp. 176-185.

MONDARDO, M. *Conflitos territoriais entre Guaranis-Kaiowás, paraguaios e "gaúchos": a produção de novas territorialidades no Mato Grosso do Sul*. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.

MONDARDO, M. O direito ao território tradicional Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul: in-segurança, biopolítica e Estado de exceção. *Boletim Dataluta*. São Paulo, Unesp, NERA, 2013.

PEREIRA, L. *Os Terena de Buriti: formas de organização, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: UFGD, 2009.

SWYNGEDOUW, E. Globalización o glocalización? redes, territórios e reescalamiento. In: FERNÁNDEZ, V. R. BRANDÃO, C. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafios para América Latina*. Buenos Aires, Miño Dávila, 2010.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR ano XV, n. 2 (2001) e ano XVI, n. 1 (2002)*. Rio de Janeiro: DP&A e IPPUR/UFRJ.

VAINER, C. *Entrevista com Achille Lollo*. 2003, mimeo.